



BIBLIOTECAS ESCOLARES E O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO EM QUATRO ESCOLAS DE MARÍLIA- SP

Sara Regina de Souza

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
ssararegina448@gmail.com

Helen de Castro Silva Casarin

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
helen.castro@unesp.br

Resumo: Busca analisar a importância da biblioteca na formação do estudante, em particular o estudante com deficiência, bem como as estratégias utilizadas pelos bibliotecários/respondentes da pesquisa na mediação e no atendimento. Questiona o desafio da biblioteca escolar na adequação ao âmbito informacional deste tipo de público, em quatro bibliotecas escolares na cidade de Marília – São Paulo. Justifica pela importância da biblioteca como extensão da sala de aula para o ensino-aprendizagem do estudante. Objetiva descrever e analisar o papel da biblioteca escolar, na contribuição social para a formação da pessoa com deficiência, para que se torne cidadão independente na busca informacional. Aborda ainda, a inclusão do estudante com deficiência no âmbito educacional. Para realização do estudo, foi utilizado um questionário com nove questões abertas e fechadas, aplicado a quatro escolas particulares da cidade de Marília, São Paulo, que possuem biblioteca escolar, com bibliotecários. Os resultados foram tabulados e analisados na abordagem qualitativa. Após análise das respostas das quatro bibliotecas, foi possível constatar que, os objetivos foram alcançados, e encontramos poucos resultados positivos: todas recebem os alunos com deficiência e estes estudantes frequentam a biblioteca. Das quatro bibliotecas, uma atende os estudantes com deficiência, a mesma possui material especializado para as necessidades desse público, duas dessas são adaptadas/adequadas e contribuem com a escola no aprendizado desses alunos. Conclui-se que apenas duas das quatro bibliotecas participantes da pesquisa estão parcialmente adequadas e uma em particular está preocupada em proporcionar acolhimento e integrar os estudantes deficientes.

Palavras-Chave: Biblioteca escolar. Pessoa - Estudante com deficiência. Adequação. Inclusão escolar.

SCHOOL LIBRARY AND STUDENTS WITH DISABILITIES: A STUDY IN FOUR SCHOOLS IN MARÍLIA-SP

Abstract: This study analyzes the importance of the library in student education, particularly students with disabilities, and the strategies used by librarians/research respondents in mediation and service. It questions the challenge of the school library in adapting to the informational scope of this type of audience in four school libraries in Marília - São Paulo State. It justifies the importance of the library as an extension of the classroom for the student's teaching-learning process. It aims to describe and analyze the role of the school library in the social contribution to the education of people with disabilities, so that they become independent citizens in information search. It also addresses the inclusion of students with disabilities in the educational field. To carry out the study, a questionnaire with nine open and yes/no questions was used, applied to four private schools in Marília, which have a school library, with librarians.

The results were tabulated and analyzed using a qualitative approach. After analyzing the four libraries' responses, it was verified that the objectives were achieved, and we found few positive results: they all welcome students with disabilities and these students attend the library. Of the four libraries, one serves students with disabilities, it has specialized material for the needs of this population, two of these are adapted/suitable and contribute to the school for these students' learning. We conclude that only two of the four libraries participating in the research are partially adequate and one in particular is concerned with providing reception and integrating students with disabilities.

Keywords: School library; Person - Student with disability; Adaptation; School Inclusion.

LAS BIBLIOTECAS ESCOLARES Y EL ESTUDIANTE DISCAPACITADO: ESTUDIO EN CUATRO ESCUELAS DE MARÍLIA - SP

Resumen: Busca analizar la importancia de la biblioteca en la formación del estudiante, en particular del estudiante con discapacidad, así como las estrategias utilizadas por los bibliotecarios/responsables de la investigación en la mediación y atención. Se cuestiona el desafío de la biblioteca escolar en la adecuación al ámbito informativo de este tipo de público, en cuatro bibliotecas escolares de la ciudad de Marília - São Paulo. Justifica la importancia de la biblioteca como extensión del aula para la enseñanza-aprendizaje del alumno. El objetivo es describir y analizar el papel de la biblioteca escolar en la contribución social a la formación de las personas con discapacidad, para que se conviertan en ciudadanos independientes en la búsqueda de información. También aborda la inclusión de los estudiantes con discapacidad en el entorno educativo. Para realizar el estudio, se utilizó un cuestionario con nueve preguntas abiertas y cerradas, aplicado a cuatro escuelas públicas de la ciudad de Marília, São Paulo, que tienen bibliotecas escolares, con bibliotecarios. Los resultados se tabularon y se analizaron en el enfoque cualitativo. Tras analizar las respuestas de las cuatro bibliotecas, se pudo comprobar que, los objetivos se cumplieron, y encontramos algunos resultados positivos: todas reciben estudiantes con discapacidades y estos estudiantes frecuentan la biblioteca. De las cuatro bibliotecas, una atiende a estudiantes con discapacidad, cuenta con material especializado para las necesidades de este público, dos de ellas están adaptadas/adequadas y contribuyen con la escuela en el aprendizaje de estos alumnos. Se concluye que sólo dos de las cuatro bibliotecas que participan en la investigación son parcialmente adecuadas y una de ellas, en particular, se ocupa de la acogida e integración de los estudiantes discapacitados.

Palabras clave: Biblioteca escolar; Persona - Estudiante con discapacidad; Adecuación; Inclusión escolar.

1 INTRODUÇÃO

No final do século XVIII, o fim da influência religiosa nas organizações das bibliotecas, motivou o declínio dos conventos e a perda do seu acervo. Esses fatores marcam a ruína das bibliotecas brasileiras, desqualificando assim a biblioteca escolar (BE) (NUNES *et al.*, 2021). Este fato é preponderante na maioria das bibliotecas escolares, ainda nos dias de hoje, continua sendo desafiador e os profissionais da área almejam através de diversos movimentos fazer vigorar a Lei Federal 12.244/2010 (BRASIL, 2010). Leite (2016) ressalta a contribuição da biblioteca escolar para o processo de ensino-aprendizagem do aluno. É papel da escola, como também da biblioteca, a adequação/adaptação às necessidades do estudante com deficiência, e não ao contrário

(MACHADO; ALMEIDA, 1970). Essa demanda ainda persiste em pleno anos 2000 (MORGADO; FISCARELLI, 2016), uma vez que essas duas instituições estão a serviço do usuário, da comunidade que a rodeia, assim como da sociedade. Grande parcela das bibliotecas necessita com urgência de adequação/adaptação ao aluno com deficiência para que, além de ser um usuário dos serviços informacionais, torne-se crítico, pensante e capaz de ter suas próprias ideias (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014).

A biblioteca escolar deve contribuir para a formação do indivíduo, em especial o aluno com deficiência, para que se torne cidadão independente em sua necessidade de busca informacional. Neste contexto é que se dá a importância do tema desta pesquisa.

Assim, mediante o exposto, pergunta-se:

- ❖ Há algum tipo de adequação/inclusão para este tipo de público nas bibliotecas escolares?
- ❖ Há estratégias específicas de mediação, as quais os bibliotecários possam utilizar para ajudar o estudante com deficiência?

2 OBJETIVOS

Os objetivos foram divididos em:

2.1 Objetivo geral

- Analisar como as bibliotecas escolares de quatro escolas particulares de ensino fundamental da cidade de Marília, São Paulo, têm se adequado aos alunos com deficiência.

2.2 Objetivos específicos

- Verificar a opinião dos bibliotecários participantes da pesquisa, sobre a contribuição de suas bibliotecas escolares, no processo da inclusão de estudantes com deficiência no âmbito informacional;
- identificar as estratégias de mediação utilizadas pelos bibliotecários das quatro bibliotecas escolares para atender o estudante com deficiência nas suas necessidades de informação;
- analisar o preparo/capacitação dos bibliotecários participantes da pesquisa para o atendimento desses estudantes.

3 O INDIVÍDUO COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE

Muitas designações inadequadas representaram a pessoa com deficiência ao longo dos tempos. O indivíduo com deficiência era aquele que possuía desvio social, emocional, mental, ainda que fosse de maneira momentânea ou permanente, classificados “[...] excepcionais, intelectuais, de percepção visual, sensoriais, físicos, da voz da palavra e da linguagem, [...] cujo grau de inteligência [não condizentes] aos padrões estabelecidos como normais [...] deficientes mentais, superdotados, de aprendizagem lenta [...]” (MACHADO; ALMEIDA, 1970, p. 21-22)”. No decorrer de décadas, eram denotados como incapacitados, uma vez que, para a sociedade, havia a “[...] dificuldade em classificar as pessoas com deficiência do modo mais útil [...]” (CRUZ, 1991, p. 8).

Conforme Coneglian e Casarin (2014), há séculos a forma como os deficientes eram tratados na sociedade passou por diferentes momentos: extermínio, exclusão/segregação, integração e inclusão. “O extermínio de crianças deficientes [foi] socialmente aceito por algumas sociedades [...]” (CONEGLIAN; CASARIN, 2014, p. 222-223). As pessoas que tinham algum tipo de deficiência, eram consideradas “anormais, incapazes” e, não eram acolhidas pela sociedade. O estudo das características e especificidades dos deficientes permitiram conhecer melhor estes indivíduos e foi mudando a forma como eles eram vistos e tratados na sociedade. No entanto, esta história está em construção até os dias de hoje.

A nomenclatura para designar os tipos de deficiência obteve significativa alteração, no período entre os anos 1970 a 2020. Meados dos anos 2000, a sociedade organizada desenvolveu leis específicas para que as expressões inadequadas fossem substituídas e estabelecidos direitos, no que diz respeito ao tratamento da pessoa com deficiência. A criação de decretos, leis, pela sociedade, garante direito educacional a todo indivíduo. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (PCD), a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015):

Art. 2 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Atualmente, esta mesma definição é adotada pela Política Nacional de Educação Especial (PNEE, 2020). O Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) estabeleceu a expressão “educando com deficiência” para designar toda pessoa que possui algum tipo de deficiência, a qual foi adotada também neste estudo.

O Quadro 1 apresenta os tipos de deficiência e suas respectivas características, observa-se que, as deficiências visual e auditiva apresentam um maior comprometimento para apropriação da informação do que as demais (PINHEIRO, et al., 2020), visto que, a principal forma de acesso à informação, ainda é através de fontes impressas e na língua portuguesa, a qual no caso dos deficientes auditivos muitas vezes é sua segunda língua.

Quadro 1 - Relação de tipos de deficiências

DEFICIÊNCIA	CARACTERIZAÇÃO
Físicas	Apresentam a mobilidade/estrutura do corpo afetada (temporária quando há fraturas) o movimento ou a fala
Intelectuais	Aqueles que apresentam <i>déficits</i> nas funções intelectuais e no comportamento adaptativo
Mentais	Transtornos mentais (psicológicos ou psiquiátricos) relativo ao desenvolvimento educacional
Visuais/Cegueira e Baixa visão	Apresentam perda total/parcial da visão, cegueira ou baixa visão, e estrabismo, faz uso de códigos, do Sistema <i>Braille</i> , e os serviços de acessibilidade; enfrenta sérias limitações informacionais
Audiovisuais	Apresentam perdas sensoriais, surdos-cegos, perda da audição, visão, com limitação verbal
Auditivas	Os surdos, perda auditiva bilateral, ou os de pouca audição, adotam o ensino bilíngue e uso do Libras; enfrentam barreiras comunicacionais
Múltiplas/ Múltiplos	Aquelas pessoas que apresentam dois, ou têm mais de um tipo de deficiência
Superdotação/Altas Habilidades	Pessoas que possuem superdotação/altas habilidades, são criativos, comprometidos com suas ideias
Educandos com transtornos específicos da aprendizagem	Aqueles que possuem transtornos do neurodesenvolvimento, necessitam de apoio à aprendizagem

Fonte: Adaptado de BRASIL (2020); PINHEIRO et al. (2020)

Portanto, a legislação brasileira define as denominações específicas para designar este público, as quais a sociedade deve observar, respeitar e a seguir. Além disso, os direitos deste público são amparados por leis específicas, garantindo inclusive a formação educacional da pessoa com deficiência, como se verá a seguir.

3.1 Direitos da pessoa com deficiência

Conforme a Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988, Art. 205) a formação educacional é direito de todos e sua promoção é dever do Estado e da família. O Art. 206

da Constituição Federal estabelece que: “O ensino será ministrado com base nos princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]” (BRASIL, 1988).

A formação educacional para pessoas com deficiência é garantida pela Lei nº 8.069 (BRASIL, 1990, Art. 54). Segundo Antunes e Pimenta (2017, p. 567), é “dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino [...] III - atendimento educacional especializado [...]”. Ainda, condicionado à prioridade: “Ao adolescente [...] é assegurado trabalho protegido” (BRASIL, 1990, Art. 66).

No Decreto da Institucionalização da Política Nacional de Educação Especial (PNEE, 2020) consta que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (PNEE, 2020).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015), apresenta estes mesmos deveres aos responsáveis legais, no que infere dos direitos desses indivíduos, em todos os lugares na sociedade. Portanto, a criação de leis e decretos pela sociedade são importantes no favorecimento da inclusão do deficiente para a vida, bem como no âmbito escolar, os quais serão abordados a seguir.

3.2 A pessoa com deficiência no âmbito escolar

A sociedade deve estar voltada para a inclusão de pessoas com deficiência - (PNEE, 2020). Segundo Estabel e Moro (2006, p. 211): “É por meio da educação, de um novo olhar para o diferente que a sociedade deve estar sedimentada [...]”. Deve propiciar espaços e ambientes que estejam integrados a necessidades desses indivíduos. Com tais medidas a pessoa com deficiência pode superar e quebrar barreiras de sua limitação e não se acomodar a elas. Ao longo de décadas, o indivíduo com deficiência não recebeu a devida consideração e atenção necessária para a sua permanência na escola regular e o mesmo era caracterizado com uma abordagem pejorativa (ESTABEL; MORO, 2006; MACHADO; ALMEIDA, 1970).

Cruz (1991, p. 7) afirma que é necessário que haja a construção de uma sociedade que ofereça a toda criança “[...] meios de desenvolverem a reflexão, o debate e a crítica sobre os desvios sociais [...]”. Na tentativa de proporcionar e fazer valer os direitos dos

educandos com deficiência, diversas leis e decretos foram criados a fim de solucionar o problema da inclusão escolar. No entanto, conforme constatam Morgado e Fiscarelli (2016, p. 960): “Apesar dos avanços que podemos detectar com a promulgação dos vários decretos, pareceres e leis, a realidade das escolas brasileiras ainda é bastante precária em relação ao atendimento de educandos da educação especial [...]”. Este quadro ainda persiste nos dias de hoje: “Em diversos segmentos da sociedade, as pessoas com deficiência vivem à deriva, na busca por oportunidades de estudo, trabalho, lazer, cultura e respeito [...]” (WELLICHAN; MANZINI, 2021, p. 173).

No âmbito educacional, significativas conquistas foram alcançadas, porém ainda são insuficientes. Neste cenário, a garantia dos direitos e oportunidades é um desafio que a pessoa com deficiência enfrenta. Em pleno século XXI, este desafio está longe de ser resolvido, pelo fato de a biblioteca escolar ser acessível somente para alguns tipos de deficiências (WELLICHAN; MANZINI, 2021).

4 A BIBLIOTECA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

No contexto brasileiro, o termo Biblioteca ganhou força pelo movimento dos bibliotecários na Constituição de 1988 (BRASIL, 2010). Nesta mesma época, já cogitava o interesse nacional pela criação da biblioteca escolar - BE. Desde então, é reconhecida como patrimônio cultural fundamental da sociedade, resultando na sua importância, no que temos hoje - como extensão educacional, inclusive a biblioteca escolar, e na ocasião

[...] O termo biblioteca foi entendido considerando-se todas as designações como: centro, e/ou sistema, e/ou serviço de documentação, e/ou informação, ou qualquer outra designação que pudesse ser atribuído a uma unidade de informação conforme a sua atuação e extensão (AMARAL, 1995, p. 222).

Para Gonzaga (2017), as bibliotecas são muito mais que guardadoras de livros, ou lugar simples para consultas de usuários. Entre as finalidades, de um modo geral, está favorecer o acesso e propiciar o conhecimento. Dada a sua importância na sociedade, a biblioteca já denomina-se além do singular “[...] tentando responder às necessidades informacionais de um público que varia entre o heterogêneo ao mais homogêneo possível” (PAIVA; LOPES, 2008, p. 160), portanto, todas são importantes prestadoras de serviços, e proporcionam a construção de conhecimentos pelos usuários (GASQUE; CASARIN, 2016).

4.1 A biblioteca escolar - BE

A história das bibliotecas escolares no Brasil foi marcada no seu início pela influência religiosa na Educação. Conforme Nunes et al. (2021),

[...] a biblioteca nas escolas, desde a sua origem, esteve atrelada às organizações religiosas que, de modo geral e contraditório, desconsideravam a função informacional e educativa, sendo a biblioteca vista como um mero lugar dentro da escola para guardar livros (NUNES, et al., 2021, p. 3).

A reforma educacional, proporcionou outros olhares no contexto da biblioteca, a ser um espaço que viria constituir como centro informacional voltado ao público e a criação de políticas públicas na década de 70. Nos dias de hoje, sua atividade por excelência, é a orientação estudantil, portanto, é definida na ação pedagógica, como também no favorecimento do ensino-aprendizagem relacionados à leitura e a ação cultural, além de servir como centro que supre as necessidades informacionais de estudantes para que estes se tornem críticos e assíduos usuários informacionais (NUNES, et al., 2021; PAIVA; DUARTE, 2016; WELLICHAN; LINO, 2020). A biblioteca escolar tem como missão apoiar o ensino e a aprendizagem, suprir as demandas por livros e outros materiais de seus usuários e, se possível, também para a comunidade ao redor da escola. Deve também primar por uma postura política e com preocupação social.

No espaço de atuação da biblioteca escolar dependerá do projeto pedagógico que a escola adota, visto que alguns projetos são mais abertos e dão margem a participação da biblioteca no processo pedagógico com uma atuação mais ativa dos estudantes, enquanto outros projetos de cunho mais tradicional estão focados na transmissão de conteúdos pelo professor. O ideal é que “[...] o bibliotecário deve atuar desde o planejamento inicial das atividades escolares, estabelecer parcerias e firmar-se como parte integrante do espaço e da equipe educacional [...]” (WELLICHAN; LINO, 2020, p. 143).

O espaço físico da biblioteca deve acomodar o acervo organizado, ambientes para serviços técnicos e administrativos, atividades e acesso a materiais informacionais variados, inclusive em meio digital através do acesso à *internet*, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários, ser administrado por profissional qualificado e apoiado pelos gestores da instituição. Seus serviços devem atender a toda comunidade escolar (CAMPELLO et al., 2016).

O direito de toda escola obter a implantação de uma biblioteca está pautado e amparado pela LEI Nº 12.244, DE 24 DE MAIO DE 2010 (BRASIL, 2010), cujo prazo para cumprimento era maio de 2020 sem que houvesse qualquer sinal de que seu

cumprimento seria efetivado. Porém, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei 4401/20 (BRASIL, 2020) adia o prazo para o cumprimento para 2022 e prevê que as bibliotecas escolares sejam acessíveis e contenham um acervo mínimo de 2500 volumes¹.

4.2 Adequação da biblioteca ao estudante com deficiência

Com o advento tecnológico, os recursos e ferramentas informacionais proporcionaram significativos avanços no atendimento ao público de um modo geral no âmbito educacional. Porém, em pleno século XXI, ainda há fatores consideráveis quando se trata do atendimento, serviços, organização, barreiras, etc., os quais, para a pessoa com deficiência, se tornam desafiadores, difíceis de serem enfrentados na biblioteca (WELLICHAN; MANZINI, 2021). Neste espaço, “[...] existe a adaptação, porém nem sempre [...] atendem a pessoa com deficiência em suas necessidades, respeitando sua independência e autonomia [...]” (WELLICHAN; MANZINI, 2021, p. 174). Portanto, a falta de políticas públicas específicas dificulta o acesso de pessoas com deficiência e com dificuldade de locomoção.

Para que o profissional da informação possa atender adequadamente às necessidades informacionais do público com deficiência, é necessário acervo especializado (ESTABEL; MORO, 2006). É imprescindível que o bibliotecário tenha o conhecimento e a compreensão das deficiências e necessidades deste tipo de usuário para que a aquisição, os itens da coleção, e demais materiais sejam adaptados à pessoa com deficiência (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014; SAMPAIO; FARIAS, 2020; WELLICHAN; MANZINI, 2021).

O desconhecimento e despreparo deste profissional, tem impacto também no atendimento e na disponibilização de serviços específicos a estes usuários (SANTOS; DINIZ, 2018; WELLICHAN; MANZINI, 2021). Deste modo, este profissional, na função de educador no espaço da biblioteca escolar, deverá estar atualizado sobre as leis vigentes sobre o tema, conhecer a realidade de seu público usuário informacional, bem como da comunidade interna e daquela que o cerca, propiciando formação educacional aos estudantes com deficiência (SAMPALIO; FARIAS, 2020).

Uma vez que este espaço da biblioteca escolar comporta um acervo, ele precisa estar organizado. A falta de organização implica na dificuldade de recuperação dos materiais do acervo, pode resultar na falta de espaço, dificultando a circulação dos

¹ Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/692429-projeto-adia-para-2022-prazo-para-toda-escola-ter-uma-biblioteca/>

usuários e tornando o ambiente pouco atrativo. O ideal é que os instrumentos e procedimentos utilizados pelo bibliotecário para organizar os materiais do acervo sejam adaptados aos deficientes proporcionando-lhes a autonomia necessária e atendendo às suas necessidades informacionais que muitas vezes abrangem não apenas o conteúdo, mas formato do documento e outros detalhes como texto em LIBRAS, em em formato Braille, por exemplo.

Diversos recursos tecnológicos podem ajudar o acesso dos estudantes com deficiência a se apropriarem da informação. Para que as ferramentas tecnológicas utilizadas pedagogicamente na educação especial produzam efeitos satisfatórios em comparação à educação tradicional, tanto em ambientes reais, bem como nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), é necessária a combinação de múltiplos elementos eficazes. Segundo Estabel e Moro (2006, p. 212), “[...] o processo de: ensinar e aprender, o professor, o bibliotecário, os estudantes, a mediação, a interação, a colaboração, a cooperação e as ferramentas [...]” são importantes, pois o incentivo à leitura e ação de mediação e pesquisa por parte do profissional, são fatores essenciais no favorecimento da aprendizagem desses indivíduos (SANTOS; DINIZ, 2018).

Além disso, “[...] O uso e o desuso do acervo da biblioteca escolar é resultado do trabalho que esse profissional desempenha [...]” (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014). Um atendimento adequado e uma atitude positiva para o público com deficiência na biblioteca é um grande desafio. Há também a necessidade de criação de programas e serviços específicos ou que contemplem este público (WELLICHAN; MANZINI, 2021). Neste contexto, é que se dá a importância da presença e do papel que este profissional desempenha na biblioteca, por exercer várias funções como

[...] múltiplos papéis, não é encarregado apenas da organização do acervo, catalogação dos livros, empréstimos, devoluções e etc., mas também [...] por fazer com que o ambiente da biblioteca escolar tenha vida, seja cada vez mais utilizado e principalmente contribua de forma significativa para o desempenho dos estudantes [...] o papel do profissional da informação é de extrema importância para que todos os tipos de usuário da biblioteca escolar sejam acolhidos e atendidos. [...] atenção a todos, em especial aos deficientes, desenvolver atividades de mediação apropriadas para cada público, para que todos se sintam familiarizados com o ambiente (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014).

Todos estes desafios que o bibliotecário e a BE enfrentam podem ser amenizados na criação de políticas públicas e ações específicas, como a capacitação profissional e formação continuada. Portanto, cabe ao profissional da informação e a todos os profissionais envolvidos na formação do estudante com deficiência, uma série de ações

responsivas: disposição e aprimoramento, políticas públicas especializadas para uma gestão eficaz, práticas de suas competências e recursos tecnológicos para que aconteça a remoção dessas barreiras em todos os ambientes educacionais, bem como no âmbito acadêmico (ANTUNES; PIMENTA, 2017; SANTOS; DINIZ, 2018; WELlichan; MANZINI, 2021).

5 MEDIAÇÃO NA BIBLIOTECA ESCOLAR E A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

O termo mediação é usado em diversas áreas e, ao longo dos anos, foram surgindo variados conceitos. Na área da Ciência da Informação (CI) “A ideia da mediação vai além do pensamento de conciliação e/ou acordo entre duas partes, está relacionada ao fazer, a uma ação, a uma intervenção [...]” (SANTOS NETO; ALMEIDA JUNIOR, 2017, p. 254).

A mediação da informação é uma ação/processo intrínseco, no qual há uma interferência, envolvendo o fazer do bibliotecário visando satisfazer as necessidades informacionais do usuário. Nesse processo tanto o profissional como o usuário são atores indispensáveis. Portanto, a mediação propicia ao sujeito apropriar-se e fazer uso da informação, que têm por finalidade atender uma necessidade informacional, sendo o usuário o ator final da ação (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2017; SILVA; ALMEIDA JÚNIOR, 2018).

A biblioteca escolar é o espaço por excelência onde se dará a mediação entre bibliotecário/usuário (PAIVA; DUARTE, 2016). Segundo Silva e Silva (2012, p. 4):

[...] a mediação da informação é uma atividade que está essencialmente inserida no cotidiano, seja social (indivíduos, grupos ou comunidades), seja institucional (bibliotecas, arquivos, museus, empresas, etc.) [...] é construída por meio do diálogo com o ser (usuário) com vistas a satisfação de determinadas necessidades/finalidades informacionais.

Portanto, a mediação é uma ação fundamental na biblioteca escolar “[...] uma vez que é um centro de informação que também atua a partir de práticas informativo-pedagógicas, o que demanda uma construção mediacional” (SILVA; SILVA, 2012 p. 7). Neste espaço, o bibliotecário é o responsável pela mediação entre a informação e sua apropriação pelo sujeito informacional (SILVA; DUARTE; SILVA, 2017; SILVA; SILVA, 2012).

A mediação pode se dar de duas formas, a saber: a mediação explícita e a implícita e ambas são necessárias na mediação informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2017; SILVA; SILVA; SILVA, 2012). Segundo Almeida Júnior (2009, p. 92-93), “[...] a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos

informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários [...] a mediação explícita ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável [...].

A mediação implícita, está relacionada à organização da BE, o modo como é feita a sinalização externa e interna, o desenvolvimento do acervo, a forma como a informação é representada nos instrumentos de organização do acervo, as ações de incentivo à leitura e a realização de pesquisas. A mediação explícita é inerente ao serviço de referência na promoção do uso dos materiais e recursos disponíveis, bem como no favorecimento da orientação ao usuário (SILVA; SILVA, 2012, p. 9). Desse modo, este conjunto de ações através da mediação explícita é “[...] consistente em termos de ação da biblioteca escolar, relação com o usuário e possibilidades pedagógicas para apropriação da informação pelo usuário” (SILVA; SILVA, 2012, p. 23). Portanto, a eficácia da mediação, quer seja explícita ou implícita, dependerá exclusivamente do fazer do profissional.

No espaço da biblioteca, o bibliotecário deve ter um olhar aguçado no acolhimento e atendimento, e pensar a mediação informacional. Segundo Marcolino e Castro Filho (2014): “Ao profissional da informação caberá dar atenção a todos, em especial aos deficientes, desenvolver atividades de mediação apropriadas para cada público, para que todos se sintam familiarizados com o ambiente”. Conforme Costa e Chalhub (2021, p. 3) “[...] deve haver a ação mútua entre este profissional e o público, para que a mediação possa ser um contributo na construção do conhecimento [...] [de todos] usuários [...]” incluindo o usuário com deficiência, visando um ambiente inclusivo.

Sendo assim, a escola inclusiva quando integra todos os alunos estará proporcionando a participação dos alunos com deficiência na biblioteca, local de excelência para a mediação e o “[...] uso de materiais adequados e serviços disponíveis para todos [...]” (COSTA; CHALHUB, 2021, p. 4). Para que a escola e a biblioteca sejam inclusivas e o bibliotecário possa trabalhar com eficácia na mediação, é necessário conhecer todos os seus usuários e suas necessidades informacionais, inclusive os alunos com deficiência.

Também é essencial que o bibliotecário saiba quais são as ferramentas tecnológicas necessárias e as disponibilize, dentre as quais: materiais em *Braille*, recursos computacionais, diversos livros específicos para leitura com fonte adequada e textos digitais adequados, e outros (COSTA; CHALHUB, 2021, p. 5). Estas ações contribuem para que o indivíduo com deficiência participe plenamente do processo de ensino-

aprendizagem e desenvolva o conhecimento (COSTA; CHALHUB, 2021; MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014; SAMPAIO; FARIAS, 2020).

Um trabalho conjunto entre professor e o estudante, no qual “[...] ambos sejam pesquisadores, busquem novas formas de acesso à informação, aos materiais especiais/adaptados” (ESTABEL; MORO, 2006, p. 212) também é desejável, visto que, o estudante pode se sentir valorizado ao ser protagonista para buscar soluções que atendam às suas necessidades.

6 METODOLOGIA

Para a elaboração do referencial teórico deste estudo se deu através da consulta a diferentes fontes de informação: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Google Scholar*, sites governamentais e livros, por serem de acesso público. A revisão buscou conceituar e descrever o indivíduo com deficiência; a biblioteca escolar; a sua contribuição na adequação/inclusão para o estudante no âmbito escola/biblioteca, em particular o estudante com deficiência, e o papel do mediador bibliotecário.

Para coleta de dados do estudo foi elaborado um questionário com nove questões abertas e fechadas, que abordam os seguintes aspectos: o recebimento dos estudantes na escola (Q1); as questões de (Q2) a (Q5) tratam assuntos relacionados ao atendimento da biblioteca: frequência dos estudantes com deficiência na biblioteca, forma de atendimento e a disponibilidade de materiais específicos, adaptações/adequações para este público; a questão (Q6) trata da opinião dos bibliotecários quanto à contribuição da biblioteca ao aprendizado dos estudantes com deficiência;

A questão (Q7) que indaga sobre capacitação dos respondentes para o atendimento desses estudantes; questão (Q8) que aborda a opinião dos respondentes sobre os desafios para inclusão dos estudantes com deficiência na biblioteca, e a questão (Q9) que era um espaço para que os respondentes fizessem mais comentários sobre o tema da inclusão, foram reservadas deste artigo devido a necessidade de maior clareza quanto a retificação do termo mediação ao que se pede no artigo.

Os respondentes foram quatro bibliotecários de escolas particulares da cidade de Marília-SP, visto que as públicas não dispõem de bibliotecários e as demais particulares não foi possível contatar. O questionário foi enviado na segunda quinzena de julho de 2020 via *e-mail* (forma escolhida devido às restrições da pandemia de Covid-19). Assim,

as respostas obtidas foram tabuladas e analisadas de forma qualitativa. O nome das escolas e dos participantes foram preservados e foram nomeados com uma letra e números consecutivos: R1, R2, R3 e R4.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Todas as questões foram respondidas de cunho livre dos participantes, e transcritas na íntegra, apenas dois participantes, R1 e R4, não responderam todas as questões. Os resultados serão apresentados na ordem em que foram obtidos. As duas primeiras questões estão em ordem linear por tratarem de natureza aberta.

Primeiramente foi perguntado se a escola recebe estudantes com deficiência (Q1). Os participantes das quatro escolas confirmaram que costumam receber estudantes com deficiência. Em seguida, foi perguntado se esses estudantes usam a biblioteca da escola (Q2). Os participantes das quatro escolas responderam que os estudantes com deficiência costumam frequentar a biblioteca. Nestas duas questões as respostas foram unânimes: as quatro escolas recebem os estudantes com deficiência (Q1) e os mesmos frequentam a biblioteca (Q2). Assim, constatou-se que as instituições analisadas estão em consonância com Constituição Federal (BRASIL, 1988, Art. 205), que estabelece que todo cidadão tem direito à educação, o que é garantido pela Lei nº 8.069 (BRASIL, 1990, Art. 54), visto que as quatro escolas recebem estudantes com deficiência e eles frequentam a biblioteca

As questões seguintes (Q3 e Q6) são de natureza aberta, e suas respostas serão apresentadas em quadros correspondentes a cada questão conforme seguem.

Na questão (Q3), foi perguntado como é realizado o atendimento aos estudantes com deficiência na biblioteca. As respostas estão no Quadro 2.

Quadro 2 - Atendimento ao estudante com deficiência nas bibliotecas (Questão 3)

R	QUESTÃO 3 - RESPOSTAS DOS RESPONDENTES
R1	<i>O aluno deficiente (cadeirante) não tem acesso ao acervo, o único meio é através de escada, então temos que levar os livros até eles. Os alunos com grau de autismo moderado, quando necessário, são acompanhados pela ajudante de sala, mas a maioria é independente, e realiza pesquisas e empréstimos de forma autônoma na Biblioteca. (grifo nosso)</i>
R2	<i>Os alunos deficientes participam das atividades da Biblioteca como os demais alunos, visitando o local semanalmente para a participação no desenvolvimento das atividades de incentivo à leitura, empréstimo e pesquisa realizadas a partir de planejamento com o corpo docente, visando contribuir com o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, inclusive os deficientes. Não temos no acervo livros específicos para todos os tipos de deficiência, mas procuramos atender a demanda conforme os casos aparentes. No momento, as deficiências mais acentuadas que nós temos são alunos com síndrome de down, paralisia cerebral (que apresentam leves dificuldades locomotoras) e autismo e, para estes casos, a professora responsável os acompanham para a escolha dos livros mais adequados a cada aluno citado. (grifo nosso)</i>
R3	<i>Temos adaptações de tela e materiais em Braille. Além disso, recebemos muitos alunos com deficiência intelectual, pois temos um curso específico para estes alunos. Eles amam usar o espaço da biblioteca, principalmente pelo acesso ao videogame e computadores.</i>

R4	Hoje temos uma aluna com deficiência na audição. Recebemos ela normalmente e ela é acompanhada por uma intérprete.
----	--

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme as respostas obtidas, as bibliotecas do R1, R2 e R4 apresentaram atendimento regular e constatou-se que, nos casos dos respondentes R2 e R3 há atividades de mediação com os estudantes deficientes. Na biblioteca do R1 não há acesso ao acervo e no caso do R2, falta material especializado, e nesses dois ambientes não parece haver autonomia dos usuários com deficiência. Na escola do R4 há somente um estudante surdo, que conta com o acompanhamento de um intérprete quando esta vai até a biblioteca, assim, não há atendimento especializado. Portanto, nesta questão, constatou-se que a biblioteca do R3, apresentou melhor resposta no atendimento de seus estudantes com deficiência visto que possui acervo e atendimento especializado, embora a biblioteca do R3 parece realizar um trabalho de integração dos alunos, esta não possui material especializado, o que foi abordado na questão seguinte.

Na questão (Q4) foi perguntado quais materiais que a biblioteca possui para atender às necessidades dos estudantes com deficiência (Quadro 3).

Quadro 3 - Disponibilidade de materiais adaptados aos estudantes com deficiência (Questão 4)

R	QUESTÃO 4 - RESPOSTAS DOS RESPONDENTES
R 1	<i>Não temos materiais específicos para esse público, mas alguns itens de uso geral também são utilizados por eles, tais como: jogos, softwares de computador, revistas e livros animados.</i>
R 2	<i>Não possuímos material específico para cada deficiência, mas conseguimos atender às que temos no momento. Possuímos somente um livro com escrita Braille, porém não temos alunos com deficiência visual.</i>
R 3	<i>Além de publicações em Braille, temos softwares próprios para o aluno com deficiência visual, ambiente acessível para cadeirantes, jogo de tabuleiro com material tátil. Nossa biblioteca também tem uma produção própria de materiais em Braille, caso o aluno precise de alguma apostila ou livro específico para seu curso.</i>
R 4	<i>No momento não possuímos nada de diferente na biblioteca. Tendo em vista a deficiência de nossa aluna.</i>

Fonte: dados da pesquisa.

As respostas apontam que, das quatro bibliotecas analisadas, a situação dos participantes R1, R2, e R4 é bastante conflitante, pelo fato de suas instituições não possuírem materiais específicos que possam atender às necessidades de seus usuários, embora R1 e R2 informem que conseguem atender a demanda com os materiais disponíveis e usados também pelos demais estudantes. Portanto, constatou-se que no quesito acervo e demais recursos a biblioteca R3 possui materiais diferenciados aos estudantes com deficiência, estando em conforme a Lei nº 12.244 (BRASIL, 2010) que determina a obrigatoriedade de um título por estudante no acervo para atender às

necessidades de todos os estudantes. Os materiais apresentados em R3 são propícios para uso nas ações de mediação.

Na questão seguinte (Q5), foi pedido que os participantes fizessem uma descrição das adaptações/adequações que a biblioteca possui para atender os estudantes com deficiência (Quadro 3).

Quadro 4 - Adaptações/adequações da biblioteca aos estudantes com deficiência (Questão 5)

R	QUESTÃO 5 - RESPOSTAS AOS RESPONDENTES
R 1	<i>Nenhuma ação específica</i>
R 2	<i>Conseguimos adequar tamanho da letra de textos das pesquisas, caso o aluno tenha deficiência visual parcial; Como nosso acervo literário é a maior parte de literatura infanto-juvenil e por esse motivo conseguimos adequar o empréstimo ao grau de cognição do aluno com a ajuda do professor; Atividades de incentivo à leitura como Hora do Conto e Teatros; uso de músicas nas atividades, uso de materiais com texturas diferentes para desenvolver a percepção sensorial; Acessibilidade conforme as normas vigentes.</i>
R 3	<i>Tela com lupa visual; Software de Acessibilidade; Impressora de Braille e Intérprete nos eventos da biblioteca</i>
R 4	<i>No momento não possuímos nada de diferente na biblioteca. Tendo em vista a deficiência de nossa aluna.</i>

Fonte: dados da pesquisa.

Através das respostas, constata-se que, as bibliotecas dos R2 e R3 estão parcialmente adaptadas, e as dos participantes R1 e R4 não há adaptação aos seus estudantes com deficiência. Sendo assim, em R3 a adaptação favorece a mediação e a autonomia dos estudantes, visto que as atividades e os procedimentos utilizados permitem que eles utilizem os serviços e o acervo e o espaço de acordo com as normas vigentes, conforme a resposta. As bibliotecas R1 e R4 não possuem nenhum tipo de adaptação, situação grave em pleno século XXI.

Em seguida, na questão (Q6), foi pedido a opinião dos participantes sobre a contribuição da biblioteca para a aprendizagem dos estudantes com deficiência, os mesmos responderam que:

Quadro 5 - Contribuição da biblioteca para a aprendizagem dos estudantes com deficiência (Questão 6)

R	QUESTÃO 6 - RESPOSTAS DOS RESPONDENTES
R1	<i>Disponibilizando livros e outras publicações para os alunos e também para os professores que os acompanham</i>
R2	<i>A Biblioteca Escolar propicia ao aluno deficiente a oportunidade de ter acesso à informação e a possibilidade de contato com os livros de maneira adequada, pois possui uma equipe capacitada (bibliotecário e corpo docente) para auxiliar, adequar e incentivar o contato deste com a leitura, aproximando e promovendo o diálogo "informação x usuário".</i>

R3	<i>A biblioteca é a ponte entre o conhecimento e o aluno, seja ele deficiente ou não. Somos responsáveis pela curadoria e disponibilidade/ acesso deste conhecimento ao nosso aluno. Aos alunos deficientes, em especial, o acolhimento e entendimento das necessidades faz toda a diferença para que eles se sintam à vontade para frequentar a biblioteca e fazer uso dos seus recursos. Uma equipe bem treinada é fundamental.</i>
R4	<i>Dando condições necessárias para os alunos deficientes da instituição.</i>

Fonte: dados da pesquisa.

Nesta questão os participantes R2 e R3, foram os que melhor apresentaram contribuição da biblioteca para a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Quanto à contribuição do R1, conforme a resposta, se restringe a disponibilização de materiais para leitura, o que é importante, mas não suficiente. A biblioteca do R4, não descreve que tipo de contribuição a biblioteca oferece, indicando apenas que oferecem “condições necessárias” aos estudantes, pressupõe-se então que são escassas. As respostas indicam que a mediação acontece nas bibliotecas de R2 e R3, que citam o acolhimento e o preparo da equipe para atender adequadamente os estudantes e a disponibilização de ferramentas informacionais importantes para a aprendizagem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar como as bibliotecas pesquisadas tem se adequado ao estudante com deficiência na cidade de Marília - São Paulo. O objetivo era analisar como as bibliotecas escolares de quatro escolas particulares de ensino fundamental da cidade de Marília, São Paulo, têm se adequado aos alunos com deficiência. Após análise dos dados foi possível verificar que no que diz respeito ao atendimento, a biblioteca R3 apresentou melhor resposta. Para o acervo, a biblioteca do R2 possui apenas um livro em *Braille* e a biblioteca do R3 possui materiais diferenciados, as demais não possuem materiais específicos. No quesito adaptação, duas das quatro bibliotecas não estão adaptadas/adequadas. R2 e R3 oferecem alguns tipos de adaptação. A medição está presente em duas das quatro bibliotecas, destaca-se a biblioteca do R3. Em relação a contribuição da biblioteca para aprendizagem dos estudantes com deficiência, R2 e R3 responderam melhor a questão.

A partir do que foi analisado na pesquisa, verificou-se que duas das quatro bibliotecas participantes estão melhor preparadas para atender os estudantes com deficiência, visto que estão preocupadas com o acolhimento dos estudantes e procuram integrá-los às atividades que são oferecidas. Notou-se, no entanto, que falta a adequação do acervo e outros materiais disponíveis especificamente para este público nas quatro

bibliotecas. É preocupante que as outras duas bibliotecas, embora recebam estudantes com deficiência, não estejam se preparando adequadamente. Também é necessário ressaltar que, das diversas bibliotecas escolares existentes na cidade, uma grande parcela ainda não possui bibliotecários. Há que se questionar: Como é realizado o acolhimento/atendimento dos estudantes com deficiência nas bibliotecas dessas outras escolas?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119300>. Acesso em: 04 jun. 2022.

AMARAL, Sueli Angélica do. Biblioteca e Constituição. **Revista de Informação Legislativa**, v. 32, n. 126, p. 221-229, abr./jun. 1995. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/176335>. Acesso em: 29 abr. 2018.

ANTUNES, Cleuza Diogo; PIMENTA, Jussara Santos. Acessibilidade em biblioteca escolar na perspectiva das políticas públicas e diretrizes institucionais do IFRO. **Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**: Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 564-580, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/184665>. Acesso em: 18 maio 2020.

GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR (GEBE). CAMPELLO, Bernadete (coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares: documento complementar 1: espaço físico. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://cfb.org.br/urlpreview.net/wp-content/uploads/2016/05/Cartilha-biblioteca-escolar.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. Lei Federal Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Lei Federal Nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm.

Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/** – Brasília; MEC. SEMESP, 2020. 124p. pdf. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

CASARIN, Helen de C. S.; CONEGLIAN, A. L. O.; SANTOS, A. S.; OLIVEIRA, E. S. Colaboração entre professores e bibliotecários no contexto escolar. **Ensino em Re-Vista** (Online), v. 20, p. 367-380, 2013.

COSTA, A. C. A.; CHALHUB, T. O uso das tecnologias assistivas na mediação da informação em biblioteca escolar: acessibilidade para alunos com deficiência visual. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 7, n. 2, p. 1-16, 2021. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2021.184665. <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/184665>. Acesso em: 28 maio 2022.

CONEGLIAN, André Luís Onório; CASARIN, Helen de Castro Silva (org.). Deficientes como usuários de informação. In: CASARIN, Helen de Castro Silva. **Estudos de usuários da informação**. Marilia: Thesaurus, 2014. Cap. 7. p. 9-318.

CRUZ, Márcia (org.). **O deficiente e as diferenças na literatura infantil e juvenil: bibliografia**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1991.

ESTABEL, L. B.; MORO, E. L. S. Capacitação de bibliotecários com limitação visual pela educação a distância em ambientes virtuais de aprendizagem. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 3, 2006. DOI: [10.18225/ci.inf.v35i3.1127](https://doi.org/10.18225/ci.inf.v35i3.1127). Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a20.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

FREIRE, I. M.; FREIRE, G. H. A. Mediação na ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 2, 2014. DOI: [10.18225/ci.inf.v43i2.1402](https://doi.org/10.18225/ci.inf.v43i2.1402). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/19463>. Acesso em: 03 jun. 2022.

GASQUE, K. C. G. D.; CASARIN, H. C. S. Bibliotecas escolares: tendências globais. **Em Questão**, v. 22, n. 3, p. 36-55, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/60697>. Acesso em: 01 out. 2020.

GONZAGA, Maria Marismene. **Biblioteca escolar e projeto político pedagógico: um estudo de caso**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp – Presidente Prudente, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150624/gonzaga_mm_me_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 12 abr. 2018.

LEITE, Leonardo Ripoll Tavares. Biblioteca escolar como extensão do processo de ensino-aprendizagem: percepções da comunidade docente do colégio de aplicação da UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 1, p. 115-136, dez./mar. 2016.

MACHADO, Maria Therezinha de Carvalho; ALMEIDA, Marlene Concetta de Oliveira. **Ensinando crianças excepcionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. 93 p.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. O bibliotecário na biblioteca escolar e os usuários especiais: o desafio da inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, ago. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/331>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MORGADO, C. L.; FISCARELLI, S. H. O processo de inclusão de uma aluna deficiente intelectual em uma escola comum do ensino fundamental I. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. esp2, p. 956-968, 2016. DOI: 10.21723/riaee.v11.esp2.p956-968. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8936>. Acesso em: 22 ago. 2021.

NUNES, M. A.; LIRA, A. C. M.; GEHRKE, M. A biblioteca escolar e as crianças: novos conceitos, velhos desafios. **Acta Scientiarum Education**, v. 43, n. 1, p. e47845. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/47845>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PAIVA, E. B.; LOPES, M. G. Biblioteca religiosa e biblioteca medieval: encontro em o nome da rosa. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92109>. Acesso em: 26 jul. 2021.

PAIVA, M. A. M.; DUARTE, A. B. S. Biblioteca Escolar: o que é? **Educação em Foco**, ano 19, n. 29, p. 87-106, set/dez. 2016.

PINHEIRO, Alexandre Lobo; RODRIGUES, Andreia Cristina da Paixão; MENDONÇA, Doris Campos de; OLIVEIRA, Hamilton Vieira. Teses e Dissertações relacionadas às pessoas com deficiência na área de Ciência da Informação no Brasil no período 2000 a 2018. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 25, p. 1-21, 2020. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/134511>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SAMPAIO, R. K. O.; FARIAS, G. B. de. Biblioteca escolar inclusiva: Análise acerca do transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 14, n. 3 jul-set, p. e020007, 2020. DOI: [10.36311/1940-1640.2020.v14n3.10302](https://doi.org/10.36311/1940-1640.2020.v14n3.10302). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/10302>. Acesso em: 06 nov. 2020.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N. A inclusão dos usuários com transtorno de espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 23, n. 1, p. 92-106, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76009>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249>. Acesso em: 26 maio 2022.

SILVA, A. J. M.; DUARTE, F. E. G.; SILVA, J. L. C. Mediação da informação em biblioteca escolar: um estudo realizado na biblioteca madre paula do colégio santa teresa de jesus. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 788-802, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3249>. Acesso em: 28 maio 2022.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Andreia Santos Ribeiro. A mediação da Informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Bibl.Esc: em Rev.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 2-30, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106561>. Acesso em: 05 jun. 2022.

WELLICHAN, D. S. P.; LINO, C. C. T. S. Aprender, ensinar e praticar: a biblioteca escolar como recurso estratégico para inclusão de pessoas com deficiências. **Revista Bibliomar**, v. 19, n. 1, p. 141-158, 2020. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13865>. Acesso em: 06 nov. 2020.

WELLICHAN, Danielle Silva Pinheiro; MANZINI, Eduardo José. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172-203, jul/set, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/105894>. Acesso em: 10 dez. 2021.